

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JULIO CESAR FRANCISCO DA MATA

**COMPARAÇÃO DAS DÉCADAS ECONÔMICAS BRASILEIRAS**

**DE 1980 E DE 2010**

Goiânia

2021

JULIO CESAR FRANCISCO DA MATA

 **COMPARAÇÃO DAS DÉCADAS ECONÔMICAS BRASILEIRAS**

**DE 1980 E DE 2010**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Me. Miguel Rosa dos Santos.

Goiânia

2021



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JULIO CESAR FRANCISCO DA MATA

2016.1.0021.0032-8

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Me. Miguel Rosa dos Santos

Presidente

Prof. Dr. Sérgio Duarte de Castro

Membro

Prof. Me. Wagno Pereira da Costa

Membro

Data da aprovação: 06/12/2021

Goiânia – GO

**AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, por sempre estar comigo, tanto nos momentos bons no qual eu agradeço a Ele, bem como nos momentos difíceis no qual no infinito da sua misericórdia Ele me socorreu.

Agradeço a todos os professores que me ajudaram a estar terminando mais essa fase da minha vida.

Agradeço aos meus pais, Aldivan Francisco da Mata e Silvano Eugenio, por me ensinarem e estarem comigo tanto nos momentos de lutas como nos de glórias.

Agradeço meus irmãos, Alessandro Francisco da Mata e Lucas da Mata Eugenio, por serem meus melhores amigos e estarem sempre do meu lado.

Agradeço os meus padrinhos, por me guiarem nos caminhos de Deus sempre sendo luz para meu dia trazendo paz, saúde e conhecimento.

Agradeço aos meus familiares e amigos que levo essa amizade pelo resto da minha vida.

Agradeço ao meu Orientador, Professor Mestre Miguel Rosa dos Santos, pela sabedoria e pela paciência que teve comigo nestes 4 meses; quero contar com sua amizade.

Agradeço aos meus futuros colegas de profissão, pela paciência, troca de conhecimento, por amizade que levarei para resto da minha vida.

**RESUMO**

A presente monografia tem como finalidade dissertar a respeito da comparação das décadas de 1980 e 2010 como décadas perdidas na economia e na história brasileira. O estudo tem início com a discussão acerca do histórico da década de 1980, apresentando o indício existente à época e quais foram as principais influências das variáveis macroeconômicas na década. Em seguida, discutem-se conceitualmente os ciclos econômicos nas mais variadas vertentes, abrangendo temáticas como o crescimento e a geração de recessões até a chegada das crises. Finalizando, discute- se sobre a década de 2010, indicando a ocorrência com base nas variáveis macroeconômicas, traçando um comparativo entre as duas décadas e demonstrando as semelhanças entre elas.

**Palavras-chaves:** Ciclos econômicos; Década perdida; Economia.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Endividamento público na década de 1980...........................................................26

Gráfico 2 – Relação entre o índice de vendas do varejo e a inflação no período.....................29

Gráfico 3 – Projeção do endividamento público nacional entre 2009 e 2029..........................34

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Evolução do PIB brasileiro..........................................................................................22

Figura 2 – Evolução da inflação do Brasil no período..............................................................23

Figura 3 – Variação da taxa de juros na década de 1980...........................................................25

Figura 4 – Endividamento familiar na década de 1980.............................................................25

Figura 5 – Evolução da taxa de desemprego na década de 2010..............................................32

Figura 6– Evolução de endividamento familiar........................................................................33

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Evolução da balança comercial brasileira entre 1981 e 1984..................................24

Tabela 2 – Taxas de crescimento do PIB e seus componentes..................................................30

Tabela 3 – Avaliação do crescimento real do PIB e PIB per capita no período de 1981 a 2018...........................................................................................................................................36

Tabela 4 – Índice FBCF para as décadas de 1980 e de 2010....................................................36

Tabela 5 – Taxa de desemprego anual para as décadas de 1980 e de 2010...............................37

**SUMÁRIO**

[**INTRODUÇÃO 8**](#_Toc90220102)

[**CAPÍTULO 1 – EMBASAMENTO TEÓRICO 10**](#_Toc90220103)

[1.1 Variáveis Macroeconômicas 10](#_Toc90220104)

 [1.1.1 PIB 10](#_Toc90220105)

 [1.1.2 Inflação 12](#_Toc90220106)

 [1.1.3 Desemprego 14](#_Toc90220107)

 [1.1.4 Balança de Pagamentos 15](#_Toc90220108)

 [1.1.5 Juros 15](#_Toc90220109)

 [1.1.6 Endividamento Família x Público 16](#_Toc90220110)

[1.2 Teoria dos Ciclos Econômicos 17](#_Toc90220111)

 [1.2.1 Ciclos Econômicos segundo Schumpeter 17](#_Toc90220112)

 [1.2.2 Ciclos Econômicos segundo Minsky 20](#_Toc90220113)

[**CAPÍTULO 2 – DÉCADA DE 1980 E DÉCADA DE 2010 22**](#_Toc90220118)

[2.1 A Economia na Década de 1980 22](#_Toc90220119)

[2.2 A Economia na Década de 2010 26](#_Toc90220120)

[**CAPÍTULO 3 – ANÁLISE COMPARATIVA DAS DÉCADAS DE 1980 E 2010 35**](#_Toc90220121)

[**CONSIDERAÇÕES FINAIS 38**](#_Toc90220122)

[**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 40**](#_Toc90220123)

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como finalidade analisar duas décadas do Brasil: 1980 e 2010. Devido a isto será feito uma análise do por que se atribuiu à década de 1980 a denominação de “década perdida”, principalmente, em razão do fraco desempenho econômico registrado no período. Dentre os fatores que contribuíram para isso, estão as reduzidas taxas de crescimento do PIB, com produção industrial progredindo lentamente, baixo poder de compra da população que sobrevive com o pagamento de salários, indisponibilidade de vagas de emprego, aceleração da inflação, dentre outros inúmeros indicadores macroeconômicos.

Mais recentemente, contudo, na década 2010, teve, novamente, um baixo crescimento do PIB, tendo em vista deterioração apresentada no período semelhante à registrada na década de 1980. Serão apresentados alguns dos principais indicadores macroeconômicos dos dois períodos, fazendo uma análise comparativa deles.

É possível analisar com esse lastro a formação econômica e verificar qual o impacto gerado mediante as décadas com maiores dificuldades no sistema econômico, sendo tidas como as décadas perdidas. Sendo assim, a presente monografia tem o objetivo geral de dissertar acerca do comparativo das chamadas décadas perdidas, entre 1980 e 2010.

Além disso, buscou-se conhecer o conceito dos ciclos econômicos; analisar o histórico da década de 1980 e as suas variáveis macroeconômicas; confrontar as informações macroeconômicas do período de 2010 a 2019 com os dados de 1980 e traçar uma análise comparativa entre as décadas.

A problemática deste trabalho será considerada de acordo com a seguinte questão: visto que a economia da década de 1980 foi considerada uma década perdida pelos seus desempenhos macroeconômicos da época, considerando esses mesmos dados, em comparação com os dados da década de 2010, pode-se considerar também essa década perdida?

A fim de se analisar os aspectos envolvidos na temática, considerou-se o embasamento teórico dos ciclos econômicos, especificamente do período considerado perdido, e outro que teve um baixo crescimento econômico. Com isso, foi feita uma comparação entre os dois períodos e uma análise do efeito na sociedade.

A estrutura do trabalho foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica, com uma pesquisa científica e documental, de caráter qualitativo e quantitativo, a partir do uso de livros, artigos, teses, dissetações, revistas e sites especializados no assunto. O primeiro capítulo é destinado ao referencial teórico relacionado à temática do trabalho, que são os ciclos econômicos e as variáveis macroeconômicas a serem discutidos nos próximos dois capítulos. O segundo capítulo discute sobre as décadas de 1980 e 2010, com a apresentação de dados econômicos das variáveis macroeconômicas relevantes a cada período. Por fim, o capítulo 3 faz uma análise comparativa das duas décadas com o uso de dados e discussão teórica sobre o assunto.

CAPÍTULO 1 – EMbasamento teórico

**1.1 Variáveis Macroeconômicas**

Para que seja possível analisar a influência dos ambientes e do trato de negociação nos períodos determinados para análise, é necessário observar como se caracteriza o agregado de bens e serviços e da rentabilidade e geração de receita de uma nação, em específico no Brasil (Blanchard, 2004).

**1.1.1 PIB**

O PIB é caracterizado pela soma de bens e serviços finais produzidos pela empresa de um determinado país por um determinado período. A decisão de consumidores e outras organizações em adquirir bens ou serviços influenciam diretamente nessa divulgação e obtenção de resultados (Sant’Ana, 2009).

As variáveis do PIB são, em economia aberta, relativas aos investimentos, consumo, gastos do Governo, e as exportações líquidas, sendo o consumo a maior e mais influente componente nesse resultado (Blanchard, 2004). Sua influência é maior pelo fato deste agregar todos os bens de consumo e serviços, considerando gastos com alimentação, vestuário, entretenimento e outros que sejam necessários à satisfação das necessidades dos clientes.

Os investimentos constituem a somatória de investimentos não residenciais, ou seja, todos aqueles que são destinados à obtenção e aquisição de maquinário, infraestrutura e outros artefatos por parte das empresas, agregando valor também referente aos investimentos residenciais, destinados à compra de moradias por pessoas físicas. É possível observar a diferença entre os dois sistemas, pois, como cita Blanchard (2004, p.46):

Os dois tipos de investimentos, e as decisões que os envolvem, têm mais em comum do que pode parecer à primeira vista. As empresas compram máquinas ou instalações para produzir mais no futuro. As pessoas compram casas ou apartamentos para obter serviços de moradia no futuro. Em ambos os casos, a decisão de compra depende dos serviços que esses bens proporcionam no futuro. Portanto, faz sentido tratá-los em conjunto (BLANCHARD, 2004, p.46).

A concepção de gastos do governo dá conta da aquisição de bens ou serviços por parte dos governos municipal, estadual e federal, sendo estes suprimentos para escritórios, armamentos, ou então serviços prestados nessas esferas pelos seus funcionários com o seguido repasso à população, considerando então a aquisição de um serviço prestado pelos funcionários e a passagem deste para a população, sendo exclusos deste montante os pagamentos de jutos, assistências médicas e benefícios previdenciários, pois ainda que seja um custo ao Estado, não configura a aquisição de um bem ou serviço, não podendo ser considerado então um gasto governamental (Blanchard2004).

Essa variável, aliada às taxações e impostos, exerce direta influência sobre o sistema de consumo por conta da definição de precificação. Muito se observa disso por conta da movimentação gerada na economia em decorrência da aquisição de bens e serviços por parte do governo. O aumento dos gastos do governo irá, consequentemente, aquecer a economia, além de os impostos influenciarem na disponibilidade de renda geral, sendo fator delimitador e determinante para o consumo em si (Sant’na, 2009).

Diferentemente do anterior, as taxas trazem certo retorno. Em suma, o pagamento das taxas é revertido em algum tipo de serviço prestado pelo Estado. Sua cobrança está vinculada diretamente à prestação de um serviço, sendo este um gerador de exercício regular dos poderes, estando sujeita à limitações e transgressões legais. Harada (2006) cita que:

Podemos conceituar a taxa como um tributo que surge da atuação estatal diretamente dirigida ao contribuinte, quer pelo exercício do poder de polícia, quer pela prestação efetiva ou potencial de um serviço público específico e divisível, cuja base de cálculo difere, necessariamente, da de qualquer imposto (HARADA, 2006, p. 04).

Diferente dos dois modelos de contribuição acima, os tributos são obrigatoriedades destinadas às pessoas jurídicas com a intenção de recolhimento de valores ao Estado ou outras entidades que se equivalem. Os tributos são, em resumo, devidos à União ou ao Estado. Por ser uma obrigatoriedade do trato de pessoas jurídicas, não opção de evitar ou negar-se a recolher este valor, porém há formas de se abater esses tributos de forma legal, mas ainda mantendo a arrecadação para atender as necessidades do Estado.

As exportações líquidas dão conta da diferença entre o volume monetário das exportações e das importações, sendo chamado também de balanço comercial, sendo fator determinante para a definição do PIB, considerando a diferença das exportações para os valores importados, considerando também o fato de quem nem sempre os valores comercializados em exportação foram produzidos no corrente ano (Fabretti, 2003).

Sendo assim, abre-se margem a uma nova consideração, chamada de investimento em estoques, que gera uma defasagem entre a política econômica em detrimento do seu efeito real nos resultados do exercício, variando de acordo com a velocidade de reposição e decisões de aumento ou não da produção.

Ao fim da década de 1970, os países latinos sofreram com crises provenientes do aumento dos juros internacionais, os choques de petróleo e a recessão norte americana (Avila, 2007). Dessa forma, as exportações brasileiras foram barradas e os Estados Unidos, principal parceiro comercial à época, passou a importar menos produtos, sendo um dos determinantes do desencadeamento da crise gerada à época. O governo, inicialmente, optou por um ajustamento visando o crescimento, porém, no desencadeamento da época as decisões por financiamento passaram por uma estruturação da oferta em longo prazo, com simultaneidade da manutenção do crescimento econômico (Fishlow, 1986). A dívida externa começou a aparecer enquanto o governo dava suporte ao plano de longo prazo, instalando políticas de contenção monetária e esse crescimento facilitou, em partes, o ressurgimento da inflação e o aumento da dívida externa.

**1.1.2 Inflação**

A inflação é caracterizada pelo aumento dos preços de produtos e serviços, sendo calculada a partir do índice de preços, seja pelo IPCA ou pelo INPC, sendo o primeiro um índice oficial do governo e o segundo não. Dentro da categorização, podem ser destacados alguns tipos de inflação, como a inflação de custos e de demanda, denominada como mista, e a estrutural.

A inflação de demanda ocorre por meio do aumento da procura de um determinado bem sem uma resposta compatível de atendimento dessa oferta, sendo assim necessário realizar o aumento do valor do bem para que a economia volte a estar equilibrada (Ávila, 2007). Já na inflação de custos, o que ocorre é o aumento dos fatores que incidem sobre a precificação do produto, como no caso das variações de preço por aumento de valor de matéria-prima. Por fim, a inflação estrutural, relacionada com a falta de eficiência de serviços prestados e fornecidos, baseando- se na rigidez econômica da oferta de bens e serviços de uma determinada economia.

Há três tipos de correntes de pensamento econômico que devem ser consideradas na constatação empírica da inflação, sendo elas o monetarismo, o estruturalismo e o inercialismo. No monetarismo, há uma insistência na necessidade e na importância da política monetária para que haja a estabilização da economia; no pensamento estruturalista, há a enfatização e abordagem a importância da consideração das estruturas para a compreensão econômica, identificando rigidezes específicas a fim de avaliar a variação e estruturação econômica; já o inercialismo trata da memória inflacionária, que traz em conta o último índice medido como forma de variabilidade de faixas de preços, sendo estes fatores mantenedores da inflação (Ávila, 2007).

Pode-se condicionar a política monetária como sendo uma metodologia de controle econômico aplicado sob a intenção de regulação de moeda em circulação no país, sendo uma das principais formas de controle da inflação, sendo elas executadas pelo Banco Central (Barbosa, 2017). De modo simplista, a Política Monetária traz um conjunto de ferramentas aplicadas pelo Estado para realização do controle econômico, cujas medidas estabelecidas atuam no controle de oferta da moeda junto à economia, controlando a sua liquidez.

Tais ações ocorrem por meio de medidas que são tomadas pelas autoridades responsáveis pela gestão econômica, como o Banco Central e as outras instituições que auxiliam no processo subsidiário de controle econômico (Furtado, 2019). Dessa forma, a política monetária gera influência direta na econômica, já que o Estado possui maior capacidade/poder em atuar de forma direta com a taxa de juros e à inflação, por exemplo.

Em território brasileiro, essas políticas monetárias são executadas por meio do Banco Central (BACEN), definindo as taxas de juros em consonância aos seus órgãos internos (Turatti, 2020). Além Disso, para normatização das práticas do BACEN, o Conselho Monetário Nacional (CMN) atua por intermédio do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), no controle das taxas de juros que são praticadas pelo Estado.

A principal meta de uma política monetária consiste em controlar a inflação, gerando uma série de metas que são fixadas a cada ano e, com o auxílio do BACEN, buscam aplicar os instrumentos necessários para o cumprimento das metas (Martins, 2020). Dentro dessas metas, há uma margem de aceitação/tolerância, para mais ou para menos, que tende a indicar se, de fato, a meta foi ou não cumprida.

Podem ser elencados três pontos como sendo os principais mecanismos para o controle da inflação. O primeiro deles é o recolhimento compulsório, restringindo a circulação de moeda e evitando que chegue às mãos da população, aumentando taxas aos quais os bancos necessitam pagar junto ao BACEN, deixando-os com disponibilidade menor de reservas para atuação e distribuição de crédito; o segundo deles é a taxa de redesconto, caracterizado por uma taxa de juros cobrada pelo BACEN junto a bancos comerciais, fazendo com que as taxas que serão cobradas dos clientes também sejam elevadas, dificultando e diminuindo a circulação de moeda; e por fim, a taxa de juros, medida pela taxa Selic que, de acordo com a necessidade, flutua e altera as taxas praticadas pelos bancos (Nunes, 2018). A condução dessas políticas monetárias tem sido motivos de muitos estudos, muito em relação à implantação do Plano Real, que foi responsável por remover o Brasil de um quadro de inflação elevadíssima.

**1.1.3 Desemprego**

Na dinâmica real, o desemprego mostra-se aparentemente involuntário, porém, sabe-se que essa condição não é real dada a relação entre a oferta de trabalho frente à remuneração, que por vezes não possui o correto condicionamento em face de sua incapacidade de realização por conta da falta de aptidão ao desenvolvimento da atividade. Segundo essa temática, Araújo (2014, p. 30) traz que:

“A experiência comum ensina-nos, sem deixar lugar a dúvidas, que em vez de mera possibilidade, a situação em que a mão-de-obra estipula (dentro de certos limites) um salário nominal e não real, constitui antes o caso normal. Embora o trabalhador resista ordinariamente a uma redução do seu salário nominal, não costuma abandonar o trabalho a cada alta de preço dos bens de consumo operário. É hábito dizer-se que não seria lógico por parte do trabalhador opor-se à diminuição dos salários nominais e não à dos salários reais. [...], talvez isso não seja tão ilógico como parece. [...] a tese de que o desemprego que caracteriza um período de depressão se deva à recusa da mão-de-obra em aceitar uma diminuição dos salários nominais, não está claramente demonstrada pelos fatos. [...] Resumindo, a teoria tradicional sustenta que os acordos entre operários e empresários para a fixação do salário nominal determinam também o salário real, de tal modo que, supondo a livre concorrência entre os empregadores e a ausência de combinação restritiva entre os operários, estes poderiam, se o desejassem, fizer coincidir os seus salários reais com a não utilidade marginal do volume de emprego oferecido pelos empregadores ao dito salário. Não sendo assim, desaparece qualquer razão para esperar uma tendência à igualdade entre o salário real e a falta de utilidade marginal do trabalho.” (ARAUJO, 2014, p. 30).

A relação entre trabalho e educação passou a ser mais aflorada a partir da década de 1970, com o surgimento da teoria do capital humano, fazendo com que a educação fosse um grande pilar para o desenvolvimento econômico, uma vez que a educação tem a capacidade de potencialização do trabalho, qualificando a mão de obra para execução. Isso pode ser visto ante o comparativo da relação entre empregabilidade x grau de ensino, já que, segundo Xavier (2003), quanto maior a escolaridade, melhores são as oportunidades de trabalho, ainda que se considerem oportunidades operacionais, tal qual o ensino superior.

Já segundo a OIT, descrita por Xavier (2014, p. 30), tem-se a condição de empregabilidade dada:

Em sua resolução n. 13 da conferência internacional dos Estatísticos do Trabalho, realizada em 1982, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirma cinco definições básicas para classificação da condição de atividade dos indivíduos: população economicamente ativa, empregados, desempregados, subempregados e população inativa. Essa organização considera como variáveis-chave, o trabalho e a procura por trabalho, partindo da noção de força de trabalho construída sob três aspectos: atividade produtiva, período de referência, e que atendam simultaneamente aos seguintes critérios: a) estejam sem trabalho; b) tenham disponibilidade para trabalhar; e c) tenham procurado trabalho assalariado ou autônomo em um período recente, identificando providências efetivas nesse sentido (XAVIER, 2014, p. 30).

**1.1.4 Balança de Pagamentos**

A balança de pagamentos é tida como a forma de registro resumido do fluxo dos valores econômicos, sendo categorizados entre residentes e não residentes do país num determinado período de tempo (Ávila, 2007). Trata-se do registro estatístico de todas as transações efetuadas por certo período, sendo um instrumento de contabilidade nacional para a descrição das relações comerciais de um país para com o resto do mundo.

A balança de pagamentos é constituída pela balança corrente, balança de capital e balança financeira. O FMI afirma que, embora a balança de pagamentos esteja em princípio equilibrada, podem existir desequilíbrios resultantes das fontes de dados e compilação dos mesmos. Desta forma este desequilíbrio é apresentado numa rubrica separada da balança de pagamentos designada por erros e omissões. Tais valores não devem ser incluídos indiscriminadamente nas outras rubricas (FMI, 2019).

**1.1.5 Juros**

A variável central da economia mundial é a inflação. Devido ao fato de a mesma servir de base para o cálculo das taxas de juros por meio do Banco Central, o acompanhamento da mesma é importante para avaliar as tendências de aumento ou queda das taxas de juros. Além disso, a inflação pode ser considerada o termômetro da economia, onde um aumento na inflação pode apontar que a produção está num ritmo acima do potencial permitido por sua capacidade de produzir (Ávila, 2007).

As taxas de juros são regidas por uma matriz chamada taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), que é uma variável indicadora da situação econômica, que afeta diretamente a produção. Desde janeiro de 1999, onde tivemos o valor máximo já registrado, a meta de taxa SELIC vem sendo reduzida, melhorando os indicadores de saúde econômica do país (Turatti, 2020).

A taxa de juros SELIC é a taxa básica utilizada como base para as transações e referência da economia, sendo essa a média de juros que os bancos recebem por parte do governo pelos empréstimos praticados (Camarotto, 2011).

Por ser função do BACEN a determinação dessa taxa, muito se observa referente à forma que com que o governo faz com que se ajuste a taxa à inflação para que se enquadre dentro das metas estabelecidas, dentro de doze ou dezoito meses. As considerações para determinação da taxa conferem os choques incorridos dentro do sistema econômico e as influências externas à ele, administrando a política monetária e buscando sua manutenção de acordo com as metas estabelecidas para os períodos.

**1.1.6 Endividamento Família x Público**

O endividamento é conhecido como o comprometimento de uma determinada parte da receita para uma determinada despesa. Para o estudo em questão, é necessário que seja realizada a avaliação do endividamento familiar e do endividamento público.

O endividamento familiar corresponde ao comprometimento de parte da renda e dos valores esperados para o serviço de uma dívida, gerando assim uma relação entre o valor das dívidas das famílias com o Sistema Financeiro Nacional e a renda acumulada por essas famílias (Melquíades, 2014). A ocorrência desse endividamento pode ser dada em formas diferentes, como o endividamento total, imobiliário, por cartões de crédito, empréstimos, por exemplo.

Os grandes bancos, com a previsão dos ganhos astronômicos, passaram a emprestar dinheiro, ainda que as ações tenham sido tomadas sem a real situação de como seria realizada essa devolução, sem garantias e sem prestação de contas. Aliado à recessão e a crise petroleira, o mundo capitalista entrou numa bolha recessiva, havendo assim a geração de enormes dívidas por parte da população que, por não haver garantias de qualquer natureza, tinha a necessidade de tomar empréstimos a juros exorbitantes, deparando assim com períodos de grandes dívidas a serem quitadas e com pouco dinheiro para que fossem pagas (Avila, 2007).

**1.2 Teoria dos Ciclos Econômicos**

Nas teorias econômicas, há diversas correntes de pensamentos que buscam meios de explicar, cada qual à sua maneira, as razões pelas quais ocorrem as crises e recessões nas economias capitalistas (Keynes, 2010). Conforme descreve Giambiagi (2011), a grande recessão norte-americana, sucedida pela crise no ano de 2008, foi um dos principais marcos na evolução do capitalismo, sendo um bom momento de apoio para a discussão acerca da evolução e o confronto das correntes teóricas, assim como a visualização das questões relativas à guerra comercial que pode ser observada entre China e Estados Unidos, algo que se arrasta desde a década de 1980 e que gera impactos até os dias atuais.

A forma como dada organização é vista dentro do mercado de atuação varia de acordo com a solidez financeira e seus bons resultados nos períodos de análise, o que garantem a saúde financeira e a estabilidade, que aumentam a visibilidade e a condição de recebimento de investimentos para seu crescimento. Porém, dentro desses aspectos, há diversas variáveis que podem influenciar positiva e negativamente a impressão passada pela organização frente ao mercado, como fatores políticos, tecnológicos, de mercado, e principalmente financeiros/monetários (Keynes, 2010). As variações que ocorrem na economia dos países possuem caráter social, político e econômico. Dessa forma, geram influência direta na qualidade e modo de vida dos indivíduos e nas operações organizacionais, sendo decisivas à condição de uma organização gerar ou não os resultados esperados. As análises de demonstrações financeiras servem para que as organizações estejam cientes de suas condições e situação interna, observando as principais variáveis de influência positiva e negativa em sua caminhada. Essas observações, porém, não são capazes de mensurar déficits repentinos relacionados à obtenção de receita e desaquecimento de mercado, ou as famosas crises e recessões.

**1.2.1 Ciclos Econômicos segundo Schumpeter**

De maneira bem simples, Schumpeter (1998) pontua que o crescimento econômico tem demonstração pelo crescimento populacional e da riqueza. Dá início em suas explicações sobre as atividades econômicas em um contexto de crescimento econômico sem desenvolvimento, fazendo sua descrição como o que ele denomina de fluxo circular, onde o movimento é dado de maneira rotineira e com ordenação. Além do mais, o fluxo circular dos períodos da economia marcha de forma rápida, e como em todos os períodos econômicos tem ocorrência fundamentalmente à mesma coisa, o mecanismo da troca econômica tem operação com precisão. Os períodos econômicos passados acabam governando a atividade da pessoa.

Os períodos que procedem são emaranhados em uma rede de conexões econômicas e sociais, onde ele não poderá se livrar de forma fácil. Isto acaba o mantendo de forma firme em seus trilhões com grilhões de ferro. Os dados poderão ter alteração e terão ação segundo esta alteração, assim que for percebida. Entretanto, todos terão apego o mais firme possível aos métodos econômicos habituais e apenas terão submissão à pressão das circunstâncias caso haja necessidade. Com isso, o sistema econômico não terá alteração de forma arbitraria por iniciativa própria, entretanto, todavia terá vínculo ao estado precedente dos negócios.

Nesse contexto, os agentes econômicos acabariam sendo passivos e a economia ficaria equilibrada, não sofrendo nenhum grande impacto dos eventos externos que, se tiveram existência, teriam absorção pelo fluxo circular. Com isso, não teriam ocorrência em alterações estruturais no sistema e seu movimento teria constância. Assim, quem faz a promoção das alterações, e assim, o crescimento, são os consumidores, sendo que, os empresários têm reação às suas demandas.

Além do mais, Schumpeter (1998) pontua que, o crescimento econômico sem o desenvolvimento tem apresentação como sendo um sistema de fluxo circular de equilíbrio, onde toda a atividade econômica tem seu comportamento de forma parecida com sua essência, numa repetição em continuidade, onde as variáveis econômicas somente possuem alteração em decorrência da modificação nos dados demográficos.

Ao longo dos tempos, a terminologia desenvolvimento acabou recebendo diversos significados, sendo que, seu sentido atual é remontante ao pós-guerra. A compreensão da teoria do desenvolvimento em cada contexto tem seu significado entendê-lo como sendo uma resposta para os problemas e argumentações de cada tempo. Por este motivo, é compreendida a necessidade da apuração da noção do desenvolvimento econômico partindo do pensamento dos vários economistas no intuito de possuir uma visão em amplificação a temática que está em envolvência (Pieterse, 2010).

De acordo com Milone (1992), a conceituação de desenvolvimento econômico tem mais complexidade do que a de crescimento econômico devido ao fato que, não tem restrição às modificações de natureza apenas quantitativas dos níveis do produto nacional, entretanto, tem compreensão também as alterações que modificam as composições do produto e alocação dos recursos pelas distintas áreas econômicas.

Schumpeter (1998) pontua que, entende-se por desenvolvimento somente as alterações da vida econômica que não lhe tiveram imposição de fora, mas que venham a surgir de dentro, por iniciativa própria. Caso chegue à conclusão que, não existem essas alterações emergindo na esfera econômica, e que o fenômeno que é denominado de desenvolvimento econômico é na prática com base no fato de que, os dados possuem alteração e que a economia tem adaptação de forma contínua a eles, assim é dito que, não existe nenhum desenvolvimento econômico.

Ainda para Schumpeter (1998), o desenvolvimento tem suas marcas pela ruptura da normalidade do fluxo circular, uma ruptura de equilíbrio ou perturbação. De outro lado do que é possível fazer observações no fluxo circular, no desenvolvimento econômico, as empresas não são consideradas passivas, mas tornam-se agentes de alterações que surgem na esfera da vida industrial e comercial, não no contexto das necessidades dos consumidores dos produtos finais. Além do mais, o desenvolvimento é um fenômeno diferente, de forma inteira estranho ao que pode ter observação no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma alteração espontânea nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que faz a alteração e deslocamento o estado de equilíbrio que tinha existência de forma prévia. Estas alterações e perturbações existem no contexto industrial e comercial, não no contexto das necessidades dos consumidores dos produtos finais.

Schumpeter faz defesa a um pensamento perante a denominação de fenômeno fundamental do desenvolvimento, na busca de ter um desvio da história econômica e da parte estática relacionada com a teoria, o fluxo circular. Fez a relação do processo de desenvolvimento econômico com alterações endógenas e descontínuas na produção de bens e serviços. Faz destaque da figura do empreendedor como sendo um agente essencial do processo de desenvolvimento econômico (Souza, 1993).

Ao partir de um fluxo circular de forma prévia com equilíbrio, não existindo capacidade ociosa, as novas combinações acabam passando a ter emprego de forma distinta dos meios de produção de forma prévia que existem no sistema econômico. É desconsiderada a existência da mão-de-obra ociosa ou do alto nível de poupança. Mesmo o maior dos cartéis não teria possibilidade do financiamento da produção de um novo bem com os recursos da produção passada, precisando assim, recorrer ao crédito. A existência dos capitalistas, é que faz caracterização do sistema capitalista de forma propriamente dita, e é partindo do crédito que existe a possibilidade de realizar novas combinações, e de forma consequente, a promoção do desenvolvimento. Se as novas combinações financiadas não venham a alcançar êxito, existe um processo de inflação. Existindo êxito das novas combinações a economia acabará dando o salto almejado. É por este motivo que se entende que, os capitalistas são considerados aqueles que tornam possível que seja realizadas novas combinações, autorizando as pessoas em nome da sociedade a desencadear o processo de desenvolvimento (Souza, 1993).

As novas combinações poderão também ter denominação de empreendimento, e todo aquele que dirige este processo não poderia ser outro senão o empreendedor. É fundamental fazer destaque que, o empreendedor é considerado a figura que opera novas combinações dos fatores de produção, não podendo ter confusão com a pessoa que é proprietária de uma empresa e faz a gerência somente da rotina (Nojima, 2008). A sociedade normalmente acaba apresentando reações ao aparecimento das novidades, seja partindo de grupos prejudicados por elas ou ainda sem a existência de motivos para isso. Torna-se ainda mais fundamental a característica de líder do empresário, para conseguir enfrentar os preconceitos e levar a cabo as novas combinações. O empreendedor necessita educador o mercado consumidor na aceitação de seu novo produto, convencendo o capitalista na concessão do crédito necessário. Além do mais, o empreendedor exerce seu poder de liderança ao arrastar toda a área de produção atrás de si, que tem apresentação como o motor do desenvolvimento econômico (Morocochi e Gonçalves, 1994).

**1.2.2 Ciclos Econômicos segundo Minsky**

A referida visão traz o conceito de dois preços que, em suma, trata como os agentes econômicos se encontram em situação onde há em um lado a segurança da liquidez, e do outro a rentabilidade com um determinado grau de risco associado. Assim, decisões atreladas a investimentos estarão centradas nesse trade, já que a medida que anseia pela maior rentabilidade precisa de um maior volume de risco (Giambiagi, 2011). Dada a natureza do sistema capitalista, as decisões necessárias atreladas a investimentos são fator de importância ímpar, sendo a taxa de juros a recompensa pela renúncia da liquidez imediata.

Na visão de Minsky (1986), a moeda não é tida somente como um meio de troca, mas estando diretamente atrelada à criação e controle de ativos, considerando a sua criação e controle de ativos de capital ao qual considera também a evolução e inovação financeira. Nessa visão o conceito de moeda está diretamente atrelado à liquidez, onde todo ativo tem uma qualificação com base na liquidez, ao passo que a moeda se apresenta como o que possui maior liquidez, funcionando como uma espécie de apólice contra a incerteza, podendo gerar pouca ou nenhuma rentabilidade.

Os investimentos, nessa visão, estão obrigatoriamente atrelados à ideia de tempo para que seu retorno financeiro fique claro dentro da bolha de incerteza da decisão de optar ou não pelo investimento. Essa incerteza está centrada na combinação da disponibilidade de financiamento externo com os fluxos de caixa internos, onde, segundo Keynes, a economia do capital caracteriza-se por meio de um sistema de crédito que apresenta margens de segurança, assumidas por credores e mutuários que visam afetar a medida que posições e investimentos são financiados externamente (Minga, 2014). Portanto, o investimento é tido como um fenômeno financeiro que envolve preços de ativos, condições de financiamentos e fluxos esperados.

Com relação ao modelo de fluxo, Minsky (1986) traz que a instabilidade inerente ao sistema tem destaque na verificação e análise do exame das atividades econômicas, surge após período de tranquilidade que se torna um boom especulativo, fundamentando assim a Hipótese de Instabilidade Financeira, focando na fragilização financeira como uma fase expansiva do ciclo, de modo que a fase em questão carrega entre si as sementes da própria destruição, sendo dotada dos fatores que causam a sua própria fragilização, conduzindo-se até o momento de reversão e crise.

Conforme descrito, há duas proposições para fundamentação de Minsky que são os mecanismos de mercado do capitalismo, que não podem levar a uma situação sustentação com base na estabilização de preços e equilíbrio e emprego; e os sérios ciclos econômicos, que ocorrem graças a atributos financeiros que são essenciais ao sistema capitalista (Minga, 2014).

capítulo 2 – década de 1980 e década de 2010

**2.1 A Economia na Década de 1980**

A década de 1980 apresentou perda de dinamismo da economia brasileira, que, depois do período de grande crescimento, caracterizado pelo “milagre econômico” de 1967-73, desacelerou, no pós 74, sua taxa de crescimento até chegar a variações negativas do PIB já em 1981. Até então, não se tinha conhecimento, dentro da estrutura produtiva brasileira, de crescimento negativo, pelo menos desde a construção da industrialização via PSI (Conceição, 2013).

A partir de 1981 passou-se a observar uma estagnação de crescimento, que por vezes apresentava resultados negativo. Sobre a temática, Ávila (2007, p. 11) traz que:

“... entre 1981 e 1983 – a diminuição no ritmo de crescimento foi corretamente atribuída ao esforço de ajustamento imposto pela crise da dívida; numa segunda etapa, de 1984 a 1986, a crise parecia superada e o processo de ajustamento parecia ter sido efetivado com sucesso. Porém, já em 1987 a crise se instaurou novamente onde, naquele ano, o PIB cresceu com a taxa idêntica à de crescimento populacional e, em 1988, houve decrescimento de 0,3%“ (ÁVILA, 2007, p.11).

A Figura 1 demonstra a evolução do PIB no período analisado.

**Figura 1 –** **Evolução do PIB brasileiro.**



**Fonte:** Gala[[1]](#footnote-1) (2019).

Diante do cenário, os cidadãos viam a indexação ser realizada aos juros e os valores serem variados diariamente, às vezes mais de uma vez ao dia. Os países mais industrializados, como o caso do Brasil, tentavam conter a inflação por meio do processo de exportação, porém, o aumento da taxa de juros mundial fez com que houvesse um entrave. Com isso, observou-se um total descontrole inflacionário, chegando a quase 2000% no fim de 1980, com diversas tentativas, sendo efetivado somente na década seguinte com a implantação do Plano Real.

A Figura 2 a seguir mostra a evoulução da inflação no período estudado.

**Figura 2 – Evolução da inflação no Brasil no período.**



**Fonte:** Gala[[2]](#footnote-2) (2019).

Na década de 1980, ainda que houvesse um baixo crescimento do PIB, a taxa de desemprego analisada no decorrer da década teve uma média de 5,3%, sendo relativamente baixa para os parâmetros de ciclos econômicos e para a proporção populacional do país, além da condição que o país atravessava. Parte disso estava também associada a uma diferença positiva do crescimento de taxas de emprego a longo período em relação ao aumento populacional, que eram de 3,5% a.a e de 2,1% a.a, respectivamente (Avila, 2007).

O mercado brasileiro manteve uma grande capacidade de absorção de mão de obra mesmo em épocas de crise, visto que houve uma grande expansão de setores como comércio, serviços, administração pública e construção civil. A partir da década seguinte, sobretudo após as aberturas comerciais, houve aumento da taxa, subindo então para 8,7% a.a de média, contrariando as expectativas.

Desde o início da década de 80 já havia indícios de crises de crédito pela redução dos recursos a serem oferecidos, refletindo nos spreads e no racionamento da oferta de recursos. Em paralelo, a restrição de crédito acontecia com a ampliação da necessidade de novos financiamentos por parte de devedores (Xavier, 2014). A década esbarrou no fim do modelo de crescimento que conduzia a economia durante a fase expansionista, e o desequilíbrio das contas externas passaram a agravar a crise cambial que, como consequência, comprometeu o controle da dívida externa.

No período em questão o país estava com uma dependência econômica externa muito elevada, tanto da poupança interna real como da busca de recursos externos, sendo observado por meio da relação da balança comercial entre os anos de 1981 e 1984, onde fora observada maior variação, como a Tabela 1 traz.

**Tabela 1 –** **Evolução da Balança Comercial brasileira entre 1981 e 1984.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **1981** | **1982** | **1983** | **1984** |
| **Saldo** | 1,2 | 0,8 | 6,5 | 11,5 |
| **Exportação** | 23,3 | 20,2 | 21,9 | 25,5 |
| **Importação** | 22,1 | 19,4 | 15,4 | 14,0 |

**Fonte:** Adaptado de Avila (2007).

Pela análise, há uma drástica redução do volume de importações a preços concorrentes com baixa na ordem de 36%, tendo um crescimento significativo de somente 165 entre os anos de 1983 e 1984, sendo um dos períodos mais difíceis. Isso porque nesse período as exportações aumentaram somente 9,4% no período, enquanto que era esperado algo em torno de 19% a 25% (Xavier, 2014).

No período de estudo, por conta da grande incidência de problemas externos, como as crises na América do Sul, os ataques terroristas nos Estados Unidos e os problemas internos referentes à troca de governo, foi possível observar a desaceleração e a necessidade de o BACEN instaurar novas formas de controle da taxa de juros com a intenção de equilibrar o índice com a inflação, e deixar o sistema econômico menos vulnerável às possíveis alterações de investimentos (Blanchard, 2004).

No período compreendido entre 1986 (início da prestação da taxa SELIC) e o fim da década em 1990, houve uma variação abrupta das taxas de juros. No início do segundo semestre de 1986, as taxas de juros eram de quase 1300% ao ano, enquanto que no fim da década o valor era de quase 1620%, com pequenas variações ao longo dos anos. A redução mais significativa foi vista a partir do ano de 1995 onde, em maio, fora registrada uma média de juros de pouco mais de 60% ao ano, correspondendo a 3,7% da taxa observada há nove anos. É possível ver o avanço das taxas de juros conforme a Figura 3.

**Figura 3 –** **Variação da taxa de juros na década de 1980.**



**Fonte:** Geller[[3]](#footnote-3) (2019).

A partir da variação da taxa de juros observada na década de 1980, nota-se que houve um aumento no endividamento familiar, como mostrado na Figura 4, com um aumento exorbitante no período entre 1983 e 1985.

**Figura 4 – Endividamento familiar na década de 1980.**

****

**Fonte:** Foster (2021).

Rodeado num círculo de corrupção do governo à época, que não tinha qualquer tipo de responsabilidade fiscal e nem compromisso com a injeção de dinheiro na economia, viu-se o aumento do endividamento do país com os FMI, condição essa que perdurou por longos anos, sendo uma das principais “heranças” da ditadura. Aliado à avidez e especulação danosa, instaurou-se um cenário crítico que foi dificultoso ao país para que livrasse do cenário, chegando a assumir dívida de quase cinco bilhões de dólares ao FMI, que passava novas exigências de controle e contas do governo para controle do quadro. É possível verificar a variação do endividamento no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Endividamento Público na década de 1980.**

**Fonte:** Adaptado deTerraço Econômico[[4]](#footnote-4) (2016).

**2.2 A Economia na Década de 2010**

A problemática que atinge a década de 2010 é resultado de uma crise, ocorrida em meados de 2008, que abalou a economia mundial. Foram afetados grandes países da Europa, como Alemanha e França. Para o combate dessa recessão e a diminuição dos efeitos dessa crise internacional no território nacional, as políticas monetárias do governo buscavam meios de estimular o consumo no país, utilizando-se de estratégias como a redução e isenção de impostos e taxas de juros, concessão de desonerações fiscais a determinados mercados, além da facilidade pública, expandindo o consumo e gastos de programas voltados à infraestrutura, como o programa Avançar, que tinha o objetivo de promover duplicações, recuperações e manutenções em estradas do país (Barbosa Filho; Pessôa, 2015).

Embora tais estratégias tivessem sido traçadas para a finalização da crise econômica entre o fim de 2008 e início de 2009, a mesma teve uma maior duração, surtindo efeitos negativos até meados de 2011, quando os países europeus detiveram novamente o controle e estabilidade de economia que possuíam. Para que não houvesse desaceleração, o governo manteve os subsídios, porém, com a diminuição dos impostos, passou a custear cada vez mais essa estratégia, chegando numa condição que se tornou inviável economicamente por desequilibrar as contas públicas (Cicchelli, 2016). Com esse aumento de dívida, e sem perspectiva recente de melhora, passou a ter dificuldades em atrair investimentos, inviabilizando assim a destinação de recursos com a finalidade de ajudar o país a crescer.

Esse cenário perdurou até o início do ano de 2015, onde houve a necessidade de intervenção por ajuste fiscal (Mendonça et al., 2016). Tal ajuste corresponde a medidas que tem o objetivo de fornecer equilíbrio orçamentário, viabilizando a redução de custos e a ampliação de arrecadação. Porém, mesmo com essa estratégia, não houve resultados positivos, já que a diminuição no número de empresas acarreta na diminuição da contribuição dessas através dos impostos. E como complemento, houve a volta da inflação, e como medida imediata, o governo elevou a taxa Selic como medida principal para controle da inflação, fazendo assim com que toda a concessão de descontos do período de 2008 a 2014 passasse a ser “reembolsada” de alguma forma. Com esse aumento, veio também a diminuição do poder de compra e da efetivação das transações da população, que viu o dinheiro valer menos, encarecendo todo o valor de produtos e serviços à medida que enfraquece o poder de compra da população, resultando não só na queda no volume de vendas mas também na diminuição de investimentos, obrigando as organizações a reduzirem suas margens de lucro para reduzir o preço final de certo produto e assim conseguir melhorar as vendas.

Outro ponto de grande dificuldade foram as questões relacionadas às crises de governo à época e os escândalos envolvendo a Petrobrás e demais escândalos de pagamento de propina e fraudes ocorridas, descobertas durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, aos quais aliado á manobras relacionadas às conhecidas “pedaladas fiscais” culminaram na saída da presidente, que não pode finalizar seu mandato. Por conta dessas questões, houve grande desconfiança por parte de investidores, internos e externos, por conta da dificuldade no controle das finanças do governo, e na desconfiança da continuidade de medidas que buscassem regular o controle interno. Isso fez com que investimentos voltados à produção ficassem estagnados, gerando um processo de paralisação e monotonia que durou por quase doze meses, tendo algumas mudanças a partir do primeiro semestre de 2016, porém, ainda com problemas relacionados à política, com a eclosão do caso da Lava Jato, a queda de ministros e parlamentares envolvidos, gerando um clima que afastou investidores do território nacional. Atrelado a uma grande dificuldade de obtenção de recursos em anos interiores pelo início das descobertas de diversos escândalos, criou-se uma grande sombra de desconfiança.

 Como forma de melhoria da condição observadas, diversas medidas foram apresentadas, porém, consideradas como impopulares, por não agradarem a população, principalmente por diversas mudanças significativas nos sistemas de mercado de trabalho e de consumo, como é o caso dos novos regimes fiscais, que estabelecem limites ao crescimento de custos do governo em áreas específicas por um período de vinte anos; a Lei da Terceirização, um processo que facilita e condiciona a terceirização de atividades-fim das organizações; a reforma trabalhista, que fez alterações significativas e não aprovadas popularmente na CLT; além da reforma previdenciária, embora não tenha sido levada adiante.

No ano de 2017 já havia indícios de melhoria e recuperação, ainda que o processo fosse lento e progressivo. A principal observação deu-se por conta da elevação do PIB em 1% no primeiro trimestre de 2017, o que gerou uma grande onda de esperança com relação à melhoria, já que haviam sido registradas oito quedas seguidas. Aliado a isso, a redução da taxa de desemprego também recuou no período. Nesse processo, o setor de agronegócio foi o grande responsável pela melhoria do PIB nacional, com a geração de colheitas recordes de soja, milho e feijão, fazendo-se assim reduzir o preço de dos alimentos e aumentar as exportações, melhorando a balança comercial que estava sendo negativa por dois períodos consecutivos.

É possível utilizar como melhor margem de aplicabilidade o período estudado a partir dos anos de 2001 e 2002, que apresentou um pico no índice inflacionário, com tendência à queda desse valor a partir do primeiro trimestre de 2003, como é possível observar no Gráfico 2.

**Gráfico 2 –** **Relação entre o índice de vendas do varejo e a inflação no período.**

**Fonte:** IBGE – IPEA (2009).

Essas variações podem ser explicadas por meio da desaceleração da economia mundial incorrida no segundo trimestre de 2001. As motivações foram, em suma, problemas políticos ocasionados em países vizinhos, como os constatados na Argentina e Uruguai, de onde é proveniente boa parte dos produtos importados na América do Sul, além da necessidade de reestruturação dos Estados Unidos após os ataques terroristas do atentado de 11 de setembro, onde a economia viveu períodos de crescimento contido pela necessidade de aplicação em outros setores após o ocorrido (Pignata & Carvalho, 2015).

Todas essas variáveis acabaram por influenciar no aumento do índice de inflação no país, aliado ao crescimento exagerado das tarifações e preços praticados por contratos, como nas prestações de serviço de distribuição de energia, água, saneamento e outros, onde podem incorrer diversos tipos de taxações, contribuindo assim para um aumento além da expectativa para o período de acordo com os resultados apresentados nos exercícios anteriores e o histórico das transações (Blanchard, 2004). Além disso, as depreciações cambiais com relação à inflação chegaram a representar quase 40% deste índice, um dos maiores valores registrados até então.

O aumento do índice de inflação fez com que todas as taxações e embargos inseridos nos produtos, serviços e prestação fossem repassados ao consumidor a uma taxa além do esperado. Assim, houve diminuição do poder de compra destes consumidores, que passaram a optar por produtos e serviços mais simples, prezando somente pelo essencial, sendo marcado por grande dificuldade até a primeira metade de 2003 (Sant’ana, 2009).

Após a mudança de governo e a instauração de políticas de controle da inflação e de reerguimento da economia, os índices passaram a ser mais bem controlados e a estabilidade do mercado foi possível de ser observada quando, entre o segundo semestre de 2003 e o primeiro semestre de 2004, o mesmo índice, de quase 40%, foi quantificado em 16,7% no período, apresentando grande melhora e mostrando um quadro de recuperação da estabilidade (Pignata & Carvalho, 2015). Embora tenha apresentado alta no período do fim de 2004, foi novamente controlada e apresentou os menores índices após 2006.

Todo o cenário de pessimismo relacionado ao aumento das taxas e da recessão acarreta em influências negativas significativas no PIB do país (Mereb; Zilberman, 2017). Uma vez que o PIB refere-se à soma dos valores de bens e serviços produzidos e consumidos durante determinado período, a redução nas vendas gerará, obrigatoriamente, a queda desse valor. Quando há queda do PIB por dois períodos trimestrais consecutivos, há o que se chama de recessão técnica, e demanda novas estratégias para melhoria. No período em questão, foram observados cinco períodos trimestrais de queda geral. A Tabela 2 apresenta os números observados entre os anos de 2011 e 2016.

**Tabela 2 –** **Taxas de crescimento do PIB e seus componentes.**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Período** | **PIB** | **Consumo das Famílias** | **Consumo do Governo** | **Formação Bruta de Capital Fixo** | **Exportação** | **Importação** |
| 2011 | 4,0 | 4,8 | 2,2 | 6,8 | 4,8 | 9,4 |
| 2012 | 1,9 | 3,5 | 2,3 | 0,8 | 0,3 | 0,7 |
| 2013 | 3,0 | 3,5 | 1,5 | 5,8 | 2,4 | 7,2 |
| 2014 | 0,5 | 2,3 | 0,8 | -4,2 | -1,1 | -1,9 |
| 2015 | -3,8 | -3,9 | -1,1 | -13,9 | 6,3 | -14,1 |
| 2016 | -3,6 | -4,5 | -0,7 | -10,6 | 2,9 | -11,5 |

**Fonte:** IBGE (2017).

Além da redução relacionada ao crescimento do PIB nacional, houve também a queda de 4,8% em investimentos, que apresentou crescimento posterior de somente 2,3% ao ano. A economia passou a ter sua diminuição de investidas para investimentos e consumo após a eclosão do risco do país, maior observado após o segundo bimestre de 2015, onde a redução dessas variáveis elevou os juros no país e as incertezas quanto a reação, com redução dos investimentos de 13,9% em 2015 e 10,6% em 2016 (IBGE, 2017).

O reflexo direto de todos os itens dispostos anteriormente converge para o aumento do PIB, interessante tanto ao consumidor final como as empresas do setor de varejo, por diversas razões (Prack, 2021). O aumento do consumo ou de algum componente dos gastos autônomos, como investimentos ou gastos do governo, terá a capacidade de gerar grandes efeitos no sistema e no produto em si. Além disso, essas ocorrências aumentam a demanda, levando por consequência ao aumento da produção e da renda disponível.

Desde o ano de 2011, início da década analisada, uma série de mudanças foi observada, tanto com relação ao aumento de investimentos em determinados setores quanto à variação dos preços. No período em questão os indicadores não demonstraram condições promissoras, projetando um crescimento médio de 0,9% ao ano, sendo um dos menores índices há anos (Prack, 2021).

O crescimento econômico e a inflação trilham caminhos paralelos, sendo a inflação um indicador do aquecimento da economia vista por diversos ângulos. O índice da inflação, IPCA, é um dos indicadores utilizados pelo Banco Central com a finalidade de determinar e quantificar a variação de preços do mercado, que geram reflexo na economia, como forma de estabelecer parâmetros de vigência e observar se os períodos observados estão ou não compreendidos nos limites designados para essa parcela de variação (Belluzzo; Almeida, 2021).

Ao longo da década, o IPCA disse muito a respeito das mudanças econômicas incorridas na década. Embora tenha tido uma grande variação, a inflação acumulada teve seu fechamento em 4,43% no ano de 2019, estando acima da meta central que era de pouco menos de 4% (Prack, 2021). Embora não tenha sido o valor absoluto mais expressivo, o fechamento da inflação no fechamento da década faz com que a média fosse de quase 6%, tendo seu pico no ano de 2015 coincidindo com o período que precedia ao *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, onde foram observados 10,67%. Outro extremo foi o ano de 2017, onde fora observado um valor de 2,95%, ficando o IPCA mais longe das metas.

A inflação de 2015 foi a maior registrada desde o ano de 2002, com um forte aumento dos preços de energia e de combustíveis, fazendo com que o custo de vida encarecesse. O seu fechamento acima do teto da inflação, fixado em 65%, foi um dos agravantes para o desencadeamento da condição que o país atravessou ao fim da década e ainda atravessa.

Há quem afirme que a década entre 2010 e 2019 foi uma das piores décadas para a economia brasileira, com uma grande oscilação na taxa de inflação, aumento dos juros e dificuldades numa série de variáveis. Dentre essas, a empregabilidade foi uma das mais atingidas, tendo em vista que o país entrou na década com um percentual de cerca de 6% em 2011 para 13,5% em 2019 (Belluzzo; Almeida, 2021).

Ao longo do período, o país sofreu a maior recessão de sua história, tendo quedas bruscas do PIB e do próprio crescimento. Aliado a isso, pode se observar o aumento do desemprego, gerando o aumento do endividamento familiar, além da queda nos investimentos na economia, (Prack. 2021). A variação pode ser observada na Figura 5.

**Figura 5 –** **Evolução da taxa de desemprego na década de 2010.**

**Fonte:** IBGE (2020).

Embora alguns indicadores não favoreçam a análise da década economicamente, foi possível observar queda na taxa básica de juros ao longo do período entre 2010 e 2019. Conforme Belluzzo e Almeida (2021) elucidam, o BACEN tem uma taxa real de equilíbrio cotada em cerca de 3% e, considerando as metas de índices de inflação para período até 2024, a taxa básica considerada seria de 6,5% ao ano.

No período de 2001 a 2010 a taxa média foi de mais de 15% ao ano, recuando para 9% na década subsequente, elevando os padrões mesmo com uma redução considerável, já que durante o período de 2011 a 2016 teve média de 10%. Com relação a juros bancários, a média foi aumentada de 42% no fim dos anos 2000 para quase 35% em 2010, recuando em 2019 para 27%, mas ainda num patamar elevado, já que não foi fenômeno única e exclusivamente brasileiro, mas sim uma ocorrência a nível mundial (Prack, 2021).

Essa condição refletiu diretamente na questão de endividamento, na busca pelas estratégias de inserção de investimentos, como do endividamento familiar, já que o poder de compra foi ceifado e o endividamento, ainda que com contas básicas, foi elevado. Com relação ao endividamento familiar, a pior ocorrência no período foi no ano de 2019, conforme a Figura 6 mostra, onde mais de 64% das famílias possuiam algum tipo de dívida.

**Figura 6–** **Evolução de endividamento familiar.**

**Fonte:** Peic/CNC (2020).

O elevado índice de endividamento familiar no período de 2014 pode ser explicado pelo ciclo de desaceleração da economia, consequência da queda na taxa de investimento. Portanto, em 2015, o Governo opta por realizar um choque recessivo de oferta e demanda no país a fim de cessar a desaceleração dos períodos de 2013 e 2014. No entanto, esses choques geraram uma redução no crescimento da economia e ocasionaram custos fiscais elevados, além de diminuição na taxa de produção das empresas.

Com relação ao endividamento público, as projeções com base no Gráfico 3 apontam que ao fim do ano de 2019, a caracterização de DBGG e DLSP representam 96% e 68% respectivamente. O aumento desses índices, a partir de 2020, quando comparado aos períodos anteriores a 2019, atribui-se às consequências agravadas pela pandemia do Coronavírus, embora a economia já viesse numa leva de enfraquecimento e dificuldade de crescimento. Assim, o caminho apontado seria realizar um aumento do esforço fiscal para compensação, sendo esse esforço ainda maior do que aquele que era vislumbrado antes da pandemia.

**Gráfico 3 –** **Projeção do endividamento público nacional entre 2009 e 2029.**

**Fonte:** Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional (2021).

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE COMPARATIVA DAS DÉCADAS DE 1980 E DE 2010

Há uma divergência de crescimento do PIB entre as duas décadas, sendo que os primeiros anos da década de 1980 se apresentaram com valores elevados de desaceleração econômica, que foram se estabilizando no final da década. Ao contrário da década de 2010, período marcado por uma estabilidade nos primeiros anos que foi se perdendo ao longo da década, culminando em eventos históricos para a economia e para a própria história do país, como no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, com a diferença de uma condição de melhora após a queda do regime militar, mas que é um contraponto da ocorrência pós 2016, onde o cenário foi de piora nos indicadores de PIB, taxas de juros e empregabilidade.

O período de três décadas e meia, compreendido entre os anos de 1981 e 2015, mostrou uma condição de subjugação do país dotado do baixo crescimento até a chegada de uma das maiores recessões da história. Aliado a uma série de decisões erradas das estratégias dos governos, o sistema vem mostrando sinais de dificuldade de reação, sendo agravada nos últimos anos.

Na década anterior, mais precisamente nos cinco primeiros anos, o crescimento máximo foi de 3,9% em 2011, mesmo vindo de um governo economicamente estruturado anteriormente. Isso se assemelha à condição vista na década de 1980, com a diferença de que o mesmo governo que buscou a melhoria da estrutura foi responsável pela ruína, encerrada em 1985 com o fim da ditadura e com a publicação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Segundo Prack (2021) elucida, acredita-se que as perdas com a década de 2010 tenham sido maiores do que as da década de 1980, ainda que o encolhimento da produção brasileira tenha sido de 7,2% na década de 1980 e de 6,9% na década de 2010, porém, no período de 1984 a 1989, houve crescimento de cerca de 30%.

É possível apontar uma deterioração no comparativo entre as décadas, ainda que com a inflação dentro da meta, a dívida pública subiu consideravelmente no período de 2011 a 2018. Os sobressaltos refletem-se no crescimento do PIB e nas suas variações, observando que, mais dramático que o crescimento do PIB é o crescimento do PIB per capital, que possui média de -0,3% no período, como a Tabela 3 apresenta, o que indica a condição de aumento do endividamento.

**Tabela 3 –** **Avaliação do crescimento real do PIB e PIB per capita no período de 1981 a 2018.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Período** | **PIB (% a.a)** | **PIB per capita (% a.a)** |
| 1981 – 1990 | 1,6% | -0,3% |
| 1991 – 2000 | 2,5% | 0,8% |
| 2001 – 2010 | 3,7% | 2,5% |
| 2011 – 2018 | 0,5% | -0,3% |

**Fonte:** Prack (2021).

A partir da crise de 2008 as condições ficaram difíceis, onde as contas públicas foram se perdendo gradualmente. Saiu-se de um superávit primário superior a 3% para valores de 2,5% em menos de um ano, caindo ainda mais para 2% nos anos de 2012 e 2013, gerando déficits posteriores que vêm sendo mantidos até o ano de 2021, com destaque ao resultado negativo de 2016 que mostrou uma retração do PIB de 2,5%, impactando em diversas esferas.

Outra variável a ser analisada é o investimento realizado pelas empresas para produzirem no país. De acordo com o estudo produzido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), uma diminuição no índice de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que são os gastos das empresas com equipamentos para aumentar a produção, indica que o crescimento econômico está abaixo do esperado. A Tabela 4 apresenta a comparação do índice FBCF nas décadas de 1980 e de 2010.

**Tabela 4 –** **Índice FBCF para as décadas de 1980 e de 2010.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **FBCF** | **Ano** | **FBCF** |
| **1980** | 9,2 | **2010** | 7,5 |
| **1981** | -4,3 | **2011** | 4,0 |
| **1982** | 0,8 | **2012** | 1,9 |
| **1983** | -2,9 | **2013** | 3,0 |
| **1984** | 5,4 | **2014** | 0,5 |
| **1985** | 7,8 | **2015** | -3,5 |
| **1986** | 7,5 | **2016** | -3,3 |
| **1987** | 3,5 | **2017** | 1,1 |
| **1988** | -0,1 | **2018** | 1,1 |
| **1989** | 3,2 | **2019** | nd |

**Fonte:** IBGE. Adaptado de Ipeadata/Dimac (2019).

Observa-se que a década de 2010 apresenta menores valores de FCBF se comparados à década de 1980. Isso tem impacto direto na vida dos trabalhadores, pois a baixa produção acarreta na diminuição de empregados, o que pode causar uma crise de desemprego. A Tabela 5 mostra a taxa de desemprego anual para as duas décadas.

**Tabela 5 –** **Taxa de desemprego anual para as décadas de 1980 e de 2010.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **%** | **Ano** | **%** |
| **1981** | 7,9 | **2010** | 6,7 |
| **1982** | 6,3 | **2011** | 6,0 |
| **1983** | 6,7 | **2012** | 7,3 |
| **1984** | 7,1 | **2013** | 7,2 |
| **1985** | 5,3 | **2014** | 6,9 |
| **1986** | 3,6 | **2015** | 8,3 |
| **1987** | 3,7 | **2016** | 11,3 |
| **1988** | 3,9 | **2017** | 12,8 |
| **1989** | 3,4 | **2018** | 12,3 |

**Fonte:** FGV/Ibre, CNI e IBGE/PME. Adaptado de Ipeadata/Dimac (2019).

Portanto, para ambas as décadas a crise causou efeito semelhante na vida do trabalhador brasileiro, apesar de terem motivações diferentes. A primeira aconteceu em decorrência da vulnerabilidade do país fazer frente ao pagamento da dívida externa, o que gerou volatilidade cambial e inflação elevada. Já a última, apesar de não apresentar desequilíbrio no balanço de pagamento, deveu-se aos ajustes financeiros do setor público, com a redução de gastos e investimentos, principalmente a partir da segunda metade da década (CNC, 2020).

considerações finais

A década de 1980 foi marcada por uma profunda crise interna. As taxas de crescimento do PIB, que na década de 1970 estavam entre as mais relevantes do mundo, foram reduzidas, com a volta da inflação e uma redução da produção industrial que culminou na perda do poder de compra, levando a um período complicado do ponto de vista econômico.

O problema levantado para essa monografia consistiu na seguinte questão: visto que a economia da década de 1980 foi considerada uma década perdida pelos seus desempenhos macroeconômicos da época, considerando esses mesmos dados, em comparação com os dados da década de 2010, pode-se considerar também essa década perdida?

Com o presente estudo, foi possível observar que há uma grande semelhança entre as décadas de 1980 e 2010. Essas décadas foram marcadas por uma série de ocorrências relacionadas à política e a economia, mas não se pode afirmar que a década de 2010 é considerada como uma década perdida. O objetivo geral da pesquisa foi atingido, pois por meio da análise das duas décadas chegou-se a seguinte conclusão: ambas as décadas tiveram grandes semelhanças, mas não se pode afirmar que a década de 2010 foi perdida, mas teve uma profunda recessão econômica.

O termo “década perdida” não é cabível no período de 2010 devido ao fato de que não se deixou de ter um crescimento no país durante o período. Os anos de 2015 e de 2016 tiveram grandes recessões, mas nos outros anos da década, a produção e os índices inflacionários se mostraram diferentes, com valores um pouco melhores, do que os da década de 1980.

Como objetivos específicos, foi possível conhecer o conceito dos ciclos econômicos, com a visão de Schumpeter e Minsky; quanto ao histórico da década de 1980 e as suas variáveis macroeconômicas, como: PIB, inflação, desemprego, balanço de pagamento, juros, endividamento público e familiar; confrontar as informações macroeconômicas do período de 2010 a 2019 com os dados de 1980 e traçar uma análise comparativa entre as décadas.

A década de 1980 apresentou diversa nuance em relação à crise. Foi possível observar pontos como aumento da dívida que trouxe ao país um novo problema fiscal. Essa condição, além de não gerar qualquer tipo de margem de crescimento, gerou a estagnação econômica, que teve seu encaminhamento dado somente após a idealização e implantação do Plano Real na década seguinte.

A década de 2010 aporta vários comparativos entre as duas décadas, como o PIB que foi muito fraco nos dois períodos, com isso fazendo com que a taxa de desemprego fosse maior neste período em comparação com os demais períodos. O endividamento público também se apresenta como outra variável que pode ser comparada. Já inflação nos dois períodos não pode ser comparada, pois no primeiro se tem vários períodos de hiperinflação e juros muito altos, já no segundo se tem uma inflação baixa com uma taxa de juros também baixa.

Dentro do cenário econômico, a recessão é caracterizada por uma fase de contração do ciclo econômico, gerando uma retração total nas atividades por certo período, tendo como principais indicadores a queda do nível de produção, observada por meio da diminuição do PIB, aumento dos índices de desemprego e queda de renda familiar. Em linhas gerais, as economias entraram em recessão após dois trimestres consecutivos de queda do PIB, sendo assim um objeto de estudo e análise incisivos como forma de prever e mensurar a capacidade econômica, evitando que ocorram tais situações, já que envolvem uma série de fatores que, em longo prazo, culminariam nesse início de recessão.

Diante dos argumentos expostos, conclui-se que as duas décadas apresentaram significantes déficits econômicos para o país. Entretanto, por se tratarem de décadas que enfrentaram crises de origem distintas, não é certo deduzir qual das duas décadas apresentou pior cenário para o Brasil.

referências

ARAÚJO, R. L. P**. Diferencial de salários público-privado: controlando para escolha setorial endógena.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília – Departamento de Economia (FACE), Brasília, 2011.

BARBOSA FILHO, F.; PESSÔA, P. **Desaceleração veio da Nova Matriz e não do Contrato Social.** In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (Org.) *Ensaios IBRE da Economia Brasileira - II*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BELLUZZO L.G.; ALMEIDA J. G. **Depois da queda.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia.** 3. ed. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 620 p. Título original: Macroeconomics Third Edition.

CICCHELLI, G. ***How does fiscal fragility affect fiscal multipliers?*** Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2016.

CNC. ****Brasil perdeu mais com década de 2010 do que com os anos 1980****. 2020. Disponível em: https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/brasil-perdeu-mais-com-decada-de-2010-do-que-com-os-anos-1980/330177. Acesso em: 10 dez. 2021.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. **A economia brasileira e as mudanças estruturais pós anos 1980:** novo paradigma, novas instituições ou novo desenvolvimentismo? Revista Economia & Tecnologia (Ret), Rio Grande do Sul, v. 9, n. 1, p. 117-136, jan. 2013.

FABRETTI, L.C. **Contabilidade Tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FONTANA, F. C**. Política monetária e metas para a inflação.** Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2019.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2009), Balance of Payments Manual, 6th edition, Washington: International Monetary Fund.

FURTADO, C. **A economia latino-americana (formação histórica e problemas contemporâneos).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GIAMBIAGI, F. et al. (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea**: 1945/2010. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.

HARADA, K. **Direito financeiro e tributário**. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JAFFE, R. W. **Administração financeira – Corporate Finance**. São Paulo: Atlas, 2002.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (General theory of employment, interest and money). Tradução de Mário Ribeiro da Cruz. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARSHALL, A. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINS, J. P. C. B. **As interações entre a Política Monetária e o Mercado de Capitais.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

MENDONÇA, D.; HOLLAND, M.; PRINCE, D. **Is fiscal policy effective in Brazil? An empirical analysis.** *Working Paper*, São Paulo School of Economics, n.433, 2016.

NUNES, M. D. **A potência da política monetária sob expansão do crédito público**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

PAULA, L. F; PIRES, M. **Crise e perspectiva para a economia brasileira**. Estudos Avançados. 2017.

PIGNATA, F.A; CARVALHO, D.O. **Efeitos da crise econômica no Brasil em 2015**. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida, 2015.

PRACK, R. M. S. **Atual crise financeira internacional: o Brasil e as políticas adotadas**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021.

SANT’ANA, P.R.N. **Os impactos da crise financeira e econômica mundial no orçamento público federal brasileiro**. Brasília: Universidade de Brasília – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE), 2009.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

SECRETARIA ESPECIAL DA FAZENDA. Nota Informativa: **Comparando o crescimento do PIB nas décadas de 1980 e atual**. Secretaria de Política Econômica– Ministério da Economia, 2019.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1-2.

TESOURO NACIONAL. Relatório de Projeções da Dívida Pública nº 3. Ministério da Economia, 2020.

TURATTI, D. E. **Taxa de câmbio e a fixação da política monetária no Brasil pós metas de inflação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

XAVIER, R. S. **Desemprego no Brasil entre 2002 e 2013**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 2013.



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**ESCOLA DE DIRETO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO**

**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**MONOGRAFIA II: *ACEITE DO ORIENTADOR***

# Goiânia, 26 de novembro de 2021.

**ALUNO:** JÚLIO CÉSAR FRANCISCO DA MATA

**MATRÍCULA:** 2016.1.0021.0032-8

**ORIENTADOR:** Prof. Me. Miguel Rosa dos Santos

**TEMA:** “Comparação das Décadas Econômicas Brasileiras de 1980 e de 2010”.

# À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Havendo acompanhado a elaboração da monografia II, com o Tema acima mencionado e tendo examinado a versão final, considero satisfatório o trabalho monográfico e julgo por bem encaminhá-lo à ***Banca Examinadora.***

Orientei o aluno ***JÚLIO CÉSAR FRANCISCO DA MATA,*** para que inclua este ***ACEITE*** no exemplar final a ser enviado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, no formato digital, conforme regas da ABNT para realização de Trabalhos de Final de Cursos.

O exemplar definitivo deverá conter na capa, os dizeres da folha de rosto e, na lombada, o título da monografia e o último sobrenome do autor.

Caso não sejam cumpridas essas e outras exigências institucionais, solicito que a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas/***Coordenação de Monografia*** notifique o aluno que a nota atribuída à Monografia não será considerada até que satisfaça essas determinações e não poderá colar grau até que as cumpram inteiramente.

Atenciosamente,



***Prof. Me. Miguel Rosa dos Santos***

 ***Orientador***

 **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICADE GOIÁS**

 **PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

 Av. Universitária, 1069 Setor Universitário

 Caixa Postal 86 l CEP 74605-010

 Goiânia l Goiás l Brasil

Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 l Fax: (62) 3946.3080

[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br/) l prodin@pucgoias.edu.br

**RESOLUÇÃO n˚038/2020 – CEPE**

**ANEXO I**

APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O estudante JÚLIO CÉSAR FRANCISCO DA MATA , do Curso de Ciências Econômicas, matrícula: 2016.1.0021.0032-8, telefone: (62) 98446-7764, e-mail: juliocesarfdm@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Comparação das décadas econômicas brasileiras de 1980 e de 2010”, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 06 de dezembro de 2021.



Assinatura do autor:

Nome completo do autor: Júlio César Francisco da Mata



Assinatura do professor-orientador:

Nome completo do professor-orientador: Miguel Rosa dos Santos

1. Disponível em: https:/[/www.p](http://www.paulogala.com.br/100-anos-de-pib-no-brasil/)a[ulogala.com.br/100-anos-de-pib-no-brasil/.](http://www.paulogala.com.br/100-anos-de-pib-no-brasil/) Acesso em: 27 out. 2021. [↑](#footnote-ref-1)
2. Disponível em: https://www.paulogala.com.br/o-caos-da-inflacao-nos-anos-80/. Acesso em: 27 out. 2021. [↑](#footnote-ref-2)
3. Disponível em: https://mises.org.br/Article.aspx?id=2971. Acesso em: 27 out. 2021. [↑](#footnote-ref-3)
4. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/colunistas/terraco-economico/evolucao-da-divida- publica-brasileira-desde-1978-um-grafico-para-voce-refletir/. Acesso em: 27 out. 2021. [↑](#footnote-ref-4)